



Não perca nesta edição:

Editorial:

APM integra a Comissão
do PNS 2021-2030 - 1

Atualidades:

Setor Segurador propõe
soluções para os desafios
do envelhecimento - 2

Barómetro:

Evolução da situação de
pobreza em Lisboa - 3 e 4

Destaques Legislativos:

Comparticipação
financeira dos cuidados
de saúde e de apoio
social na RNCCI - 5

A Vida nas Associações - 6



Editorial

APM integra a Comissão do PNS 2021-2030

Arrancamos com o nosso segundo número de 2020 com um positivo avanço na área da saúde, que se traduz numa vitória para todo o movimento mutualista. Já está em curso o novo Plano Nacional de Saúde 2021-2030 e a APM-RedeMut – Associação Portuguesa de Mutualidades faz parte deste grande projeto. A APM, sendo reconhecida como um dos principais *players* da economia social na área da saúde, foi convidada a participar na 1ª reunião da Comissão de Acompanhamento do Plano Nacional de Saúde (PNS) 2021-2030. Pelo seu percurso de empenho em levar a proteção social mais perto das pessoas, no sentido de facilitar o acesso a cuidados de saúde e bem-estar a todos os cidadãos, a APM não poderia deixar de estar totalmente comprometida e dedicada à nobre causa da elaboração e execução deste novo Plano Nacional de Saúde 2021-2030. Como é do conhecimento público, de acordo com o Despacho nº 13, de 19 de julho de 2019, da Diretora Geral da Saúde, Dra. Graça Freitas, a atual estrutura do PNS conta, para além de um conselho consultivo, com uma Comissão de Acompanhamento para a elaboração e execução do referido plano.

Esta Comissão, de composição bastante heterogénea, que reúne entidades do setor público, como as ARS's e CCDR's; do setor social, como APM e a União das Misericórdias Portuguesas; do setor privado, bem como Associação da Hospitalização Privada; e muitas individualidades que se têm destacado na área da saúde, tem funções de participação em todas as etapas do processo de elaboração e execução do PNS 2021-2030, numa perspetiva de co-produção e ação intersectorial.

O processo de construção e implementação do próximo PNS (2021-2030) tem que estar alinhado com os objetivos da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável, aprovada por unanimidade pelos Estados Membros das Nações Unidas em 2015. Neste âmbito, a DGS considerou que a sua elaboração e execução deveriam ser o mais participadas possível, feito em verdadeira co-produção, de natureza intersectorial (envolvendo os *multistakeholders*), de nível nacional, que parta da identificação conjunta das principais necessidades e expectativas de saúde da população residente, para atingir objetivos definidos de saúde sustentável para Portugal, com redução das iniquidades em saúde, mediante o estabelecimento de um compromisso social no sentido da mudança desejada.

O modelo de planeamento estratégico adotado é representado por um ciclo, com as suas diversas componentes/etapas, centrado nas pessoas, individuais e coletivas e a sua participação e compromisso em todas as etapas.

Ao longo das várias etapas, a APM dará notícias desta evolução, sempre que se justifique.



Atualidades

Setor Segurador propõe soluções para os desafios do envelhecimento

O setor segurador pretende ser um dos parceiros de soluções, através de uma abordagem ampla e que inclua vertentes como o envelhecimento ativo, a qualidade de vida, a integração social e o risco da longevidade, declarou João Galamba de Oliveira, presidente da Associação Portuguesa de Seguradores (APS) na sua Conferência Anual.

Segundo um estudo da Moodys, “a economia portuguesa está entre as que enfrenta maiores ameaças com o envelhecimento da população”. O mesmo estudo refere ainda que, “a menos que os governos consigam ajustar-se, implementando medidas para mitigar os efeitos do envelhecimento da população”, serão de esperar “fortes abrandamentos na taxa de crescimento do PIB, aumentos mais baixos de rendimentos e aumento no fardo da dívida”. Também o Ageing report de 2019, recentemente publicado pelo Eurostat, aponta para que a população portuguesa se reduza em 20% nos próximos 50 anos. E que, dentro de três décadas, 47,1% da população portuguesa terá 55 ou mais, tendo em conta que Portugal tem uma taxa de natalidade das mais baixas da Europa e os portugueses vivem cada vez mais.

Face a esta realidade, João Galamba considera que quaisquer medidas públicas que venham a ser tomadas para mitigar os efeitos desta inevitabilidade, serão sempre

insuficientes, pelo que “diferentes atores devem ser incluídos nesta dinâmica, através de um debate transversal, que permita encontrar respostas integradas alicerçadas no contributo de representantes de vários quadrantes, como investigadores, empresas, universidades, políticos, governo e a sociedade civil”.

Já Margarida Côrrea de Aguiar, presidente da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) anunciou que vai retomar estudos no âmbito dos seguros de saúde, “designadamente sobre a possibilidade de criação de regimes especiais de seguros com cobertura graduada para seguros de saúde de longo prazo e para seguros vitalícios”. Esta necessidade impõe-se tendo em conta o atual contexto em que o risco de longevidade coloca novas necessidade e a atividade seguradora tem de construir novas respostas. Margarida Côrrea de Aguiar também partilha da ideia de que vários intervenientes deverão ser chamados a agir no sentido de enfrentar os desafios das alterações demográficas, “agentes políticos, económicos e sociais”, sendo esta uma oportunidade de negócios não só para o setor segurador na área da saúde, mas também nos produtos para poupança reforma. “Os seguros têm um papel muitíssimo relevante a desempenhar...pela função de mitigação do risco e a função de captação de poupança para assegurar rendimentos complementares e cuidados de saúde ao longo da vida”.

Investigador português ganha bolsa de 150 mil euros para criar terapias de rejuvenescimento muscular

Pedro Sousa-Victor, investigador do Instituto de Medicina Molecular João Lobo Antunes (iMM; Portugal) acaba de receber uma Bolsa no valor de 150 mil euros da European Molecular Biology Organization (EMBO) para desenvolver terapias de rejuvenescimento baseadas na utilização de células estaminais.

Pedro estuda o envelhecimento há vários anos, “estamos interessados no processo de envelhecimento e no desenvolvimento de terapias de rejuvenescimento baseadas na utilização de células estaminais. A nossa estratégia envolve aplicar os conhecimentos de mecanismos de envelhecimento de células estaminais e das alterações do ambiente imune dos órgãos envelhecidos de um modo integrado para desenhar intervenções que permitam a reparação de tecidos e o seu rejuvenescimento, melhorando a saúde de indivíduos idosos”, explica o cientista. “Atualmente estamos a trabalhar no envelhecimento muscular e na utilização de células estaminais de músculo para o tratamento da perda de massa e força muscular com a idade, como se verifica na sarcopenia, uma condição clínica com impacto na saúde e qualidade de vida nos idosos”, conclui Pedro Sousa-Victor. Com a atribuição deste financiamento a EMBO poderá acelerar a sua investigação no iMM e estar mais capacitada para dar mais e melhores contribuições para o progresso da medicina regenerativa como solução para os problemas do envelhecimento.

Santa Casa da Misericórdia lança projeto de apoio a cuidadores informais

A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa criou um Centro de Recursos de (In)Formação a Prestadores de cuidados Informais, um projeto feito para orientar e apoiar especificamente cidadãos ou famílias residentes na cidade de Lisboa, que integram e cuidam dos seus familiares idosos, doentes ou dependentes no seu domicílio. A funcionar em Alvalade e integrado no Edifício do Centro de Educação, Formação e Certificação da SCML, este serviço é composto por uma equipa multidisciplinar formada por terapeutas, psicólogos e assistentes sociais, que tem como estratégias de atuação um serviço de atendimento à população-alvo, formação à medida das necessidades manifestadas por cuidador informal, grupos de autoajuda e a articulação e promoção da rede de proximidade adequada a cada situação específica. Este centro visa chegar aos cuidadores informais de modo a produzir mudanças, quer no seu autocuidado, quer na qualidade do cuidar de quem cuidam. “E as diferenças são notórias!”, frisa a psicóloga Rosa Macedo, “começam a ter mais vontade de se arranjar, de se cuidar e de socializar, porque promover a socialização destas pessoas que tantas vezes se sentem isoladas é também um dos grandes objetivos do projeto”. Estima-se que em Portugal existam cerca de 800 mil cuidadores informais, pessoas cuja vida passou a girar em volta das vulnerabilidades do outro. Maria José Covas Moreira, diretora desta unidade, relembra que “todos nós, num dado momento da vida, podemos vir a ser cuidadores informais”. É isto que torna este projeto tão especial “precisamente por ter sido feito a pensar neles, nos cuidadores”, finaliza a responsável.



Barómetro

Evolução da situação de pobreza em Lisboa

O Observatório de luta contra a Pobreza na cidade de Lisboa, em parceria com o Centro de Estudos Dinâmia-CET (Centro de Estudos sobre a mudança Socioeconómica e o Território) do ISCTE está a realizar um Barómetro sobre as pessoas que se encontram em situação vulnerável no concelho de Lisboa.

Através da entrevista a cerca de 80 famílias vão-se analisando, ao longo de uma década, o impacto de políticas, medidas, programas e iniciativas promovidas. Sérgio Aires, diretor do Observatório, explicou que este estudo longitudinal, cuja primeira fase decorreu em 2011 e a segunda em 2013/2014, prevendo-se que se mantenha, pelo menos, até 2020, tem como "principal objetivo" perceber "o impacto das respostas existentes e das políticas públicas face à pobreza e exclusão num determinado grupo de pessoas residente em Lisboa". Este grupo "não é representativo da sociedade portuguesa", mas é "representativo de um conjunto de perfis de pessoas que vivem em situação de pobreza", explicou.

Em 2011 foram entrevistadas 74 pessoas. Em 2014, a equipa conseguiu localizar e entrevistar 57. E, em 2017, apenas 47 (perdeu o rasto a várias o que é, dizem, habitual neste tipo de estudos longitudinais).

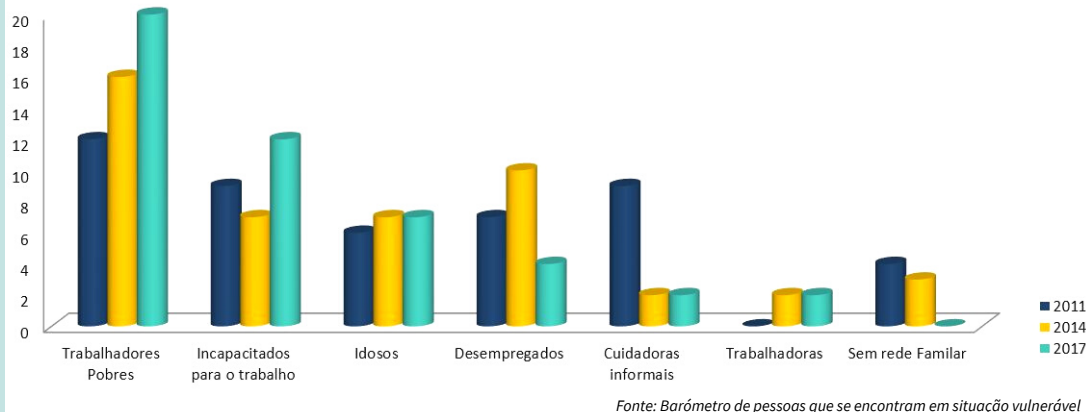
Desde o início do barómetro, em seis anos, portanto, apenas duas pessoas das que os investigadores seguiram “podem ser consideradas como tendo saído da pobreza”. Para ambas isso aconteceu em 2014. Arranjaram um trabalho que lhes permite “auferir um rendimento suficiente para uma vida condigna”, explica o estudo. Muitas outras, mesmo com emprego, não tiveram a mesma sorte. Das 47 cujo percurso é acompanhado desde 2011 um total de 20 são classificadas em 2017 como trabalhadores pobres. Em 2011 eram 12.

Para a equipa esta é uma primeira conclusão que se pode retirar já, nesta fase do estudo: o trabalho não tira as pessoas da pobreza. “Essa permanência em grupos de fragilidade observa-se, apesar do aumento do número de elementos integrado no mercado de trabalho.” O estudo fala mesmo de um “paradoxo” que é preciso entender: mais pessoas no mercado de trabalho, não se traduziu em menos pessoas pobres. “A inserção no mercado de trabalho é mal remunerada e, embora melhorando a situação económica familiar, não é suficiente” para que as pessoas saiam dessa condição, explicam. “A fraca intensidade laboral” (poucas horas de trabalho) também não ajuda a ultrapassar esse cenário.

“A pobreza desencadeia uma saúde frágil e uma saúde frágil desencadeia também a pobreza.”

"a ação dos dispositivos de assistência parece estar insuficientemente articulada com as políticas de emprego"

Perfis dos entrevistados ao longo das diferentes fases



Saúde e habitação

Em 2011, quando o estudo começou, os entrevistados viviam nas freguesias de Marvila/Santa Clara e Santa Maria Maior/São Vicente. Entretanto, duas pessoas mudaram de concelho (Amadora e Seixal) e cinco trocaram de freguesia, mas mantêm-se em Lisboa. “Em 2017, arrendar uma habitação no mercado privado tornou-se praticamente impossível, dada a crescente procura de habitações para o arrendamento turístico”, lê-se no estudo. Apesar do enraizamento destas pessoas ao local onde vivem, o pouco dinheiro que têm disponível para habitação tornou a mudança para as freguesias mais afastadas do centro inevitável.

Mesmo assim, aumentou o número de titulares de habitação privada e social. Mas ainda prevalecem algumas formas “pouco dignas” de habitação. De resto, um levantamento divulgado em Fevereiro de 2018 sobre as necessidades de realojamento habitacional dos portugueses mostra que há quase 26 mil famílias no país que precisam de casa ou que vivem em casas a necessitar de reabilitação.

Quanto às condições de saúde destas pessoas, os resultados da fase três do barómetro vêm reforçar a ligação entre a pobreza e a saúde. “A pobreza desencadeia uma saúde frágil e uma saúde frágil desencadeia também a pobreza.”

O Sistema Nacional de Saúde fica aquém na forma como lida com estas situações, uma vez que “tende a diagnosticar os casos de doença, mas não disponibiliza os recursos terapêuticos necessários para o seu restabelecimento, controlo ou mitigação”. Faltam alternativas para as pessoas que não têm capacidade económica “para pagar medicamentos e exames complementares de diagnóstico”, diz o estudo. Que fala ainda da demora, ou mesmo, nalguns casos, do “não reconhecimento da incapacidade para o trabalho por motivo de saúde”.

À medida que o fim do estudo se aproxima, Sérgio Aires, diretor do Observatório de Luta Contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, explica que se começa a desvendar uma conclusão: “O impacto das políticas públicas é positivo até certa medida. Leva as pessoas até a um determinado patamar, mas dificilmente as consegue tirar dali. Depois, são as outras coisas que começam a ter influência. O mercado de trabalho, a própria economia, o acesso aos serviços e outras coisas que ultrapassam as medidas de política pública.”

Os investigadores detalham que “das oito integrações no mercado de trabalho” registadas no grupo que tem vindo a ser seguido, “nenhuma foi mediada pelos mecanismos sociais previstos, ainda que o registo dessa necessidade fosse do conhecimento do sistema”. Isto mostra “que a ação dos dispositivos de assistência parece estar insuficientemente articulada com as políticas de emprego”.

Destaques Legislativos

Comparticipação financeira dos cuidados de saúde e de apoio social na RNCCI

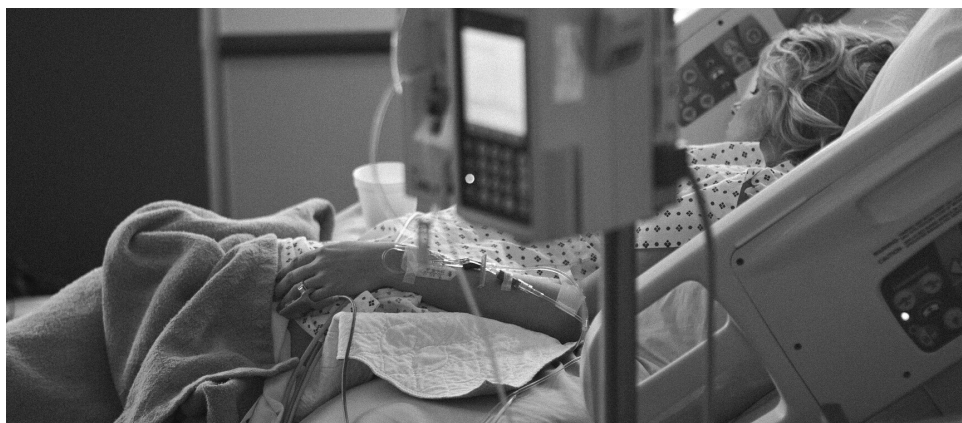
No passado dia 25 de janeiro entrou em vigor a Portaria 17/2020, de 24 que atualiza a comparticipação financeira dos cuidados de saúde e de apoio social nas unidades de internamento e ambulatório da rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados.

Decorrido um ano desde a última atualização de preços, e atendendo a que a variação do índice de preço no consumidor disponível em novembro de 2019, foi de 0,3%, o legislador considerou este valor percentual como coeficiente da determinação dos novos preços a vigorar desde 25 de janeiro, procedendo à atualização da tabela de preços a praticar pelas unidades da RNCCI de acordo com a tabela infra:

ANEXO

(anexo II da Portaria n.º 1087-A/2007, de 5 de setembro, na redação dada pelo anexo III da Portaria n.º 189/2008, de 19 de fevereiro)

Tipologia de unidade	Encargos com cuidados de saúde (utente/dia)	Encargos com medicamentos, realização de exames auxiliares de diagnóstico, apósitos e material de penso para tratamento de úlceras de pressão (utente/dia)	Encargos com cuidados de apoio social (utente/dia)	Encargos com utilização de fraldas (utente/dia)	Total (utente/dia)
I — Diárias de internamento por utente					
Unidade de Convalescença . . .	93,85 €	15,57 €			109,42 €
Unidade de Cuidados Paliativos	93,85 €	15,57 €			109,42 €
Unidade de Média Duração e Reabilitação	57,84 €	12,45 €	20,55 €		90,84 €
Unidade de Longa Duração e Manutenção	19,31 €	10,37 €	31,47 €	1,28 €	62,43 €
II — Diárias de ambulatório por utente					
Unidade de Dia e Promoção de Autonomia	9,94 €				9,94 €



1600 camas de cuidados continuados e paliativos em risco

O Governo deu o sinal e a Associação Nacional de Cuidados Continuados promete reagir. Em março vão discutir a proposta de denunciar os contratos que ligam as unidades ao Estado. Se passar, serão milhares de camas que desaparecem. "A corda já esticou demais, só falta partir", diz o presidente da ANCC.

O Governo publicou uma portaria, aumentando em 0,3% o valor das diárias pagas pelo Estado às unidades de cuidados continuados. O problema é que o Salário Mínimo Nacional (SMN), pago a grande parte dos funcionários, aumentou 5,8%. O presidente da Associação Nacional dos Cuidados Continuados (ANCC) alerta que a decisão ameaça a sobrevivência de várias instituições. Ao determinar um aumento do salário mínimo muito superior ao da atualização da comparticipação às unidades, defende a associação, aumentam os custos e o défice das instituições, dificultando a viabilidade das instituições. Consulte a notícia completa em: <http://apmredemut.pt/2020/02/04/1600-camas-de-cuidados-continuados-e-paliativos-em-risco/>

Agenda



6/02 - Conferência "O Microcrédito em Portugal - A Experiência da CASES"



14/02 - Conferência "Orçamento do Estado 2020: Proteção Social - Para Onde Vamos?"



20/02 - Conferência "Abordagens Interdisciplinares na Pesquisa em Deficiência"



7-8/05 - Congresso Internacional em Cuidados Continuados



Gala solidária encerra comemorações do 90 Anos da “A Previdência Portuguesa”

A Gala solidária APP – “Somos Todos Pela Acreditar”, que marcou o encerramento das comemorações dos 90 anos da nossa associada A Previdência Portuguesa (APP), decorreu no passado dia 11 de janeiro, na Antiga Igreja do Convento São Francisco, com lotação esgotada. Durante cerca de 1h30 um grupo de artistas portugueses de reconhecido mérito, como João Pedro Pais, João Gentil, Luís Travassos, o mágico Mário Daniel, Sofia Lisboa, Viviane e o Coro dos Antigos Orfeonistas da Universidade de Coimbra, atuaram para uma sala cheia, associando-se à APP no apoio à Associação Acreditar no âmbito do seu programa de responsabilidade social.



União Mutualista Nossa Senhora da Conceição do Montijo recebe certificação de qualidade

Os sete equipamentos e todas as valências apresentadas pela União Mutualista do Montijo, Associada da APM, foram distinguidos com o selo de qualidade, atribuído pela Empresa Internacional de Certificação (EIC).

Para Pedro Santos, Presidente do Conselho de Administração da UMNSC, “só o trabalho árduo e um verdadeiro empenho de todos os profissionais desta instituição permitiram atingir um resultado que a todos orgulha e que torna ainda mais distinta a centenária União Mutualista Nossa Senhora da Conceição” que completou em 2019 os 147 anos de existência.

Esta é a única mutualidade com certificação de qualidade em todos os equipamentos e serviços que presta, desde os serviços prestados na área infantil, passando pela ação social e terminando nos cuidados à terceira idade. A Farmácia da Mutualista foi certificada pela norma ISO 9001:2015 para as atividades de Dispensa e Aconselhamento de Medicamentos e Produtos de Saúde, Preparação de Medicamentos Manipulados, Determinação de Parâmetros Bioquímicos, Fisiológicos e Físicos.

Com a norma NP 4543:2017 foi certificada a Prestação de Serviços de Ação Social para respostas Sociais, como Estrutura Residencial para Idosos, Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário no Lar de Montepio; Creche, Pré-Escolar e Atividades de tempos Livres na Casa da Criança; Creche e Pré-Escolar no Centro Infantil António Marques; Apoio Comunitário no Centro Comunitário; Acolhimento Temporário de Vítimas de Violência Doméstica na Casa Abrigo. A Unidade de Cuidados Continuados obteve a certificação da norma NP 4547:2018 para a Prestação de Serviços de Cuidados de Saúde.

O Presidente do C.A. da UMNSC considera que a certificação agora obtida vem trazer uma “motivação extra” mas também um acréscimo de “responsabilidade para fazer cada vez mais e melhor”, uma vez que todos os serviços prestados são agora reconhecidos com a garantia dos mais elevados padrões de Qualidade.

A União Mutualista do Montijo conta atualmente com 3600 associados, emprega cerca de 200 trabalhadores e presta assistência a mais de mil utentes diariamente.